



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE BIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DIVERSIDADE E INCLUSÃO

GUIA ORIENTADOR:

**ações inclusivas para atendimento ao público-alvo da
educação especial no IF Sudeste MG**



NITERÓI

2017

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Dr. Sidney Luiz de Matos Mello

VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Dr. Antônio Claudio Lucas da Nóbrega

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Vitor Francisco Ferreira

DIRETORA DO INSTITUTO DE BIOLOGIA

Dra. Izabel Paixão

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE BIOLOGIA

Dra. Valeria Laneuville

COORDENADORA DO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Dra. Neuza Rejane Wille Lima

ELABORAÇÃO

Wanessa Moreira de Oliveira

ORIENTAÇÃO

Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes

AVALIAÇÃO TÉCNICA

Dra. Rejany dos Santos Dominick

REVISÃO

Maria Elizabeth Rodrigues

APOIO



Sobre a autora:**Wanessa Moreira de Oliveira**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – e mestra em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense – UFF. É Assistente Social efetiva do IF Sudeste MG, onde atua na Coordenação de Ações Inclusivas. Integrante do grupo de pesquisa do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva – NEEI – da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2172921972381723>

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, da Universidade Federal Fluminense, que possibilitou o planejamento e a concretização deste trabalho, dando todo suporte necessário e, principalmente, crédito à proposta.

Agradeço ao IF Sudeste MG, pois, não fosse o reconhecimento, apoio e confiança dos gestores da instituição, que acreditaram no potencial do trabalho e no comprometimento de seus colaboradores, não seria possível alcançar tal resultado.

Assim como, não seria possível realizar este trabalho com base no reconhecimento das realidades institucionais, sem a importantíssima contribuição dos servidores do IF Sudeste MG que se dispuseram a colaborar proficuamente com esta construção.

A todos, que contribuíram direta ou indiretamente, e aos que incentivaram e apoiaram o desenvolvimento deste Guia Orientador, **MUITO OBRIGADA!**

Wanessa.

APRESENTAÇÃO

Este Guia Orientador é resultado da pesquisa-ação desenvolvida para elaboração da dissertação de mestrado intitulada "Ações Inclusivas no âmbito do IF Sudeste MG: um processo em construção", que se constituiu como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Diversidade e Inclusão pelo Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, do Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense.

O presente instrumento foi gerado durante o estudo desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, com profissionais da instituição, que teve como objetivo conhecer a realidade institucional para orientar e direcionar as ações necessárias para o desenvolvimento de uma política educacional inclusiva na instituição.

Então, a partir de estudos, levantamentos, discussões e construções empreendidas no decorrer da pesquisa de campo, pela via da pesquisa-ação, contando com a colaboração de servidores da instituição pesquisada, representantes de seus diversos *campi* e que atuam diretamente com a questão da inclusão, foi possível compreender a realidade vivenciada e construir propostas de ação a partir dessa realidade.

O Guia tem o propósito de possibilitar uma mudança na realidade institucional, oferecendo subsídios para a institucionalização de uma política educacional inclusiva que prime pela qualidade de educação oferecida a todos os discentes, valorizando a diversidade dos mesmos e considerando suas características específicas.

Nesse sentido, espera-se que este instrumento ajude a desmistificar a ideia de impossibilidade e de dificuldade comumente atrelada à proposta de inclusão escolar e venha a corroborar com a implementação de uma política institucional de atendimento aos discentes público-alvo da educação especial. Contudo, constitui-se como o começo de sistematização de ações, sendo necessário que os profissionais busquem novas fontes de estudo e discussões internas para melhorar a oferta da educação inclusiva no IF Sudeste MG.

Wanessa e Edicléa.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	08
2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA, AFINAL, DO QUE ESTAMOS FALANDO?	10
3. BENEFÍCIOS DA PRÁTICA INCLUSIVA.....	12
4. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: IMPLICAÇÕES PRÁTICAS.....	13
5. PASSO A PASSO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INCLUSÃO PARA DISCENTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	14
PASSO 1: Organização do trabalho inclusivo e da educação especial na instituição e nos <i>campi</i>	15
PASSO 2: Garantia de condições de acesso.....	22
PASSO 3: Garantia de Acessibilidade.....	24
PASSO 4: Garantia de inclusão no processo de ensino e aprendizagem e do atendimento educacional especializado-AEE.....	29
PASSO 5: Capacitação e formação continuada em educação inclusiva, para docentes e técnicos administrativos.....	32
PASSO 6: Acompanhamento e avaliação.....	33
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34
7. APÊNDICES.....	37

INTRODUÇÃO

A educação brasileira, de modo geral, tem investido na perspectiva do acesso, com vistas ao atendimento dos preceitos constitucionais de universalização da educação e promoção da inclusão social.

Assim, justifica-se a implementação de políticas de ações afirmativas, como a reserva de vagas, nas instituições de ensino técnico, tecnológico e superior, para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, estudantes de escolas públicas, e grupos historicamente excluídos do processo de educação formal, como pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência (BRASIL, 2012; 2016).

Tal investimento, na perspectiva do acesso, pode ser observado, ainda, pelo desenvolvimento de programas de inclusão social pela alfabetização, acesso ao ensino e inserção no mundo do trabalho, como por exemplo o Programa Brasil Alfabetizado (2003), o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2012), Programa de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (2005), Projeto Mulheres Mil (2011), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (2011), Programa Universidade para Todos (2004), Programa de Financiamento Estudantil (2001), entre outros (MEC, 2017).

Nesse sentido, destaca-se também o processo de expansão dos Institutos Federais, vivenciado com maior destaque no período de 2003 a 2016, quando foram criadas 500 novas unidades, e que ainda se encontram em consolidação, tendo elevado, em grande número, as vagas disponíveis e se constituído como alternativa às parcelas da população que não tinham acesso ao ensino profissional e/ou tecnológico, mais próximo de suas residências (MEC, 2016).

Apesar do caráter compensatório, fragmentado e centralizado dessas políticas, todo este movimento trouxe à tona, com maior frequência, discursos em defesa da educação inclusiva, influenciados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a qual já havia colocado a educação como direito de todo ser humano, mas que vieram a ganhar mais expressividade, principalmente, a partir dos anos noventa, quando da realização de discussões

em âmbito internacional, resultando no estabelecimento de princípios e metas em prol da educação para a diversidade, através, especialmente, da Declaração de Jontiem (UNESCO, 1990) e da Declaração de Salamaca (UNESCO,1994).

No entanto, apesar do discurso inclusivo, na efetividade das práticas escolares ainda se verificam muitos costumes e ações excludentes e homogeneizantes que impedem a participação de todos os estudantes no processo de ensino e aprendizagem. Observa-se uma priorização da quantidade de matrículas efetivas, sem haver preocupação com a qualidade da educação oferecida. Prioriza-se o acesso, sem, no entanto, garantir a permanência.

Assim, à medida que os espaços escolares se tornam espaços plurais, ricos em diversidade humana, a escola torna-se mais desafiada a responder às diversas demandas emergentes, de tal modo, que é constantemente aclamada a (re)pensar e (re)construir suas práticas.

Nesse sentido, o presente Guia, pretende servir de instrumento aos educadores, para que possam encaminhar suas ações a partir do reconhecimento das necessidades de seus discentes, pelo viés da educação inclusiva.

Todavia, apesar do reconhecimento de que o favorecimento de uma educação inclusiva requer a valorização de toda a diversidade humana, considerando as diferenças de gênero, de raça, econômicas, culturais, de religião, deficiência, orientação sexual, entre outras; no entanto, compreendendo a complexidade de abarcar toda essa diversidade, buscou-se enfatizar neste Guia, o delineamento de condições necessárias e favoráveis para a efetivação do real atendimento aos discentes público-alvo da educação especial.

Conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação, são considerados público-alvo da educação especial os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade ou superdotação (BRASIL, 1996).

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA, AFINAL, DO QUE ESTAMOS FALANDO?

A educação inclusiva não pode ser entendida, simplesmente, como a inserção de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino comum e regular.

A educação inclusiva é a educação para todos, que considera toda a diversidade humana, seja de gênero, raça, religião, deficiência, orientação sexual, econômica, cultural, ou outra condição. É a educação que considera as especificidades de seus discentes e promove condições de acessibilidade, que permitem, não só o acesso de qualquer estudante, mas a permanência e conclusão dos estudos com êxito (STAINBACK e STAINBACK, 1999; GLAT e FERNANDES, 2005; MANTOAN, 2006; BERGAMO, 2009; GLAT e PLETSCHE, 2012; FERNANDES e ORRICO, 2012; PACHECO, 2012; PLETSCHE, 2014; CUNHA, 2015).

Apesar do discurso atual em prol da educação inclusiva, o recebimento de discentes público-alvo da educação especial nas escolas regulares ainda é comumente encarado como algo muito difícil e penoso.

No entanto, grande dificuldade reside nas barreiras atitudinais, impostas pelo comportamento das pessoas, como o preconceito, a falta de informação, falta de interesse e de conhecimento sobre o assunto, e a cultura de transferir a responsabilidade da educação dos discentes tidos como "diferentes" para os especialistas da educação especial.

Muitas pessoas acreditam que as pessoas com deficiência não têm capacidade de aprender e, por isso, não necessitam frequentar a escola. Acreditam que a deficiência é que determina a personalidade da pessoa, que a mesma deficiência se manifesta do mesmo modo em qualquer pessoa, entre outros mitos.

Essas crenças, no entanto, podem ser decorrentes da falta de convívio social deste público, que até pouco tempo atrás não partilhavam dos mesmos espaços que os demais, nem das mesmas escolas.

Considerando o contexto histórico do conceito de deficiência, verifica-se que diversas compreensões foram dadas a esse público, desde conceitos divinos e demoníacos, a conceitos relacionados a doença e com foco nas suas dificuldades (FERNANDES e ORRICO, 2012).

Nessa perspectiva, a educação desse público também se balizou pelas compreensões socio-históricas e culturais de cada momento da sociedade, visto que as pessoas com deficiência ou outras necessidades específicas, inicialmente, foram excluídas do processo de escolarização formal por longo período; passaram, em seguida, por algumas experiências de escolarização mais pautadas pelo viés médico de reabilitação; depois por modelos de escolarização segregados, nas escolas especiais; e, na sequência, por modelos de integração, em que elas tinham que se adequar às condições das escolas regulares para frequentar as classes comuns de ensino (JANNUZZI, 2006; MAZZOTTA, 2011).

No entanto, entre os anos 80 e 90, tendo em vista o reconhecimento das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, como cidadãos, sujeitos de direitos, respaldados pelos direitos humanos, a proposta de educação passou a apelar pelo viés inclusivo, com enfoque na necessidade de o meio se adequar e oferecer as condições necessárias, para a utilização e participação de todos, independentemente de suas especificidades.

Nessa perspectiva, a educação regular passou a ser oferecida a todos, e a educação especial, transformou-se em modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2008).

Assim, a educação especial passou a se configurar como suporte à educação regular, se materializando dentro da escola regular, através da organização dos serviços de apoio aos discentes público-alvo da educação especial, como o atendimento educacional especializado, a sala de recursos, as adaptações curriculares, o plano educacional individualizado, ente outros.

Então, as escolas especiais que antes eram responsáveis pela educação do público-alvo da educação especial, passaram a atuar como apoio e suporte às escolas regulares.

Diante desse cenário, as instituições de ensino regular, independentemente da modalidade que ofertam, precisam organizar e oferecer o suporte da educação especial a todos os discentes que necessitarem.

A escola precisa ser inclusiva e, portanto, é responsável por promover as transformações necessárias em seu contexto para garantir condições de acesso e permanência aos estudantes em geral.

As transformações necessárias ao contexto escolar que se quer inclusivo ultrapassam a mera adaptação física dos ambientes comuns; elas perpassam questões pedagógicas, culturais e atitudinais. Por isso, precisam ser discutidas com a comunidade acadêmica e colocadas como propósito institucional, devendo ser reconhecidas e consideradas em todas as suas ações internas e externas.

3. BENEFÍCIOS DA PRÁTICA INCLUSIVA

Todos se beneficiam de uma escola inclusiva, seja no contexto mais amplo, que envolve toda a comunidade acadêmica ou no contexto pedagógico.

Numa escola inclusiva, os professores, servidores e estudantes da instituição têm a oportunidade de conviver com a diversidade, possibilitando a revisão de conceitos, a eliminação de preconceitos e o desenvolvimento de atitudes de valorização e respeito às diferenças, o que reflete diretamente na melhoria de suas práticas como cidadãos (BRASIL, 2012a).

O contexto pedagógico também se beneficia na medida em que, diferente de uma proposta educacional mais tradicional, uma escola que adota essa postura valoriza as diversas formas de aprender, as diferentes culturas e os potenciais de seus estudantes que compartilham um mesmo espaço, passando a ser mais aberta a novas propostas, mais flexível e mais atrativa (BRASIL, 2012a).

Assim, esse processo educacional conduzido pelo viés inclusivo, e, portanto, utilizando-se de recursos e alternativas pedagógicas diversificadas, acaba por tornar positivo o desenvolvimento da aprendizagem de todo o conjunto de estudantes.

Nesse sentido, a escola inclusiva permite a revisão e atualização de suas práticas, se contrapondo às práticas mais arraigadas de tradicionalismo. Ela passa a compreender as classes escolares como heterogêneas, onde cada discente é único e possui um modo singular de aprender, e, portanto, se utiliza da riqueza de diversidade presente para a construção conjunta do conhecimento, esquivando-se da idealização de uma única forma de conhecimento e o professor como o seu detentor exclusivo.

4. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: IMPLICAÇÕES PRÁTICAS.

Antes de qualquer coisa, é preciso que os gestores identifiquem a questão da acessibilidade e inclusão como algo que requer investimento e empenho, para que os discentes público-alvo da educação especial, que têm acessado cada vez mais as instituições, não apenas adentrem os espaços da escola, mas realmente participem do processo de ensino e aprendizagem.

Tal reconhecimento requer grande esforço institucional na quebra de paradigmas e preconceitos ainda existentes e arraigados de um tradicionalismo histórico, de onde estes, hoje estudantes público-alvo, não se encontravam nesta condição, mas sim marginalizados do processo educacional e do convívio social.

Então, esse esforço, necessário e urgente, de que todas as instituições escolares, independente da modalidade de ensino que ofertem, tornem-se mais acessíveis e inclusivas a todos os estudantes, sem distinção, é algo que requer mudanças estruturais e culturais, e, portanto, necessita de um real desejo da gestão (GLAT e PLETSCHE, 2012).

Contudo, toda e qualquer ação que comece a despontar como investimento e preocupação da instituição para com este público deve ser reconhecida e valorizada, pois a mudança que se pretende pode ser gradual, desde que não perca de vista a pretensão maior e mais transformadora.

Afinal uma instituição educacional é feita de pessoas com suas crenças e valores; por isso toda mudança requer certo tempo, argumentos e contrapontos para a construção de caminhos fecundos.

Nesse sentido, a proposta desse Guia é trazer subsídios aos gestores e servidores do IF Sudeste MG, ou a outras instituições de ensino, para tomarem os primeiros passos na construção de uma escola mais acolhedora e transformadora, através do viés inclusivo.

5. PASSO A PASSO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INCLUSÃO PARA DISCENTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

As propostas apresentadas a seguir não têm a pretensão de engessar as atividades desenvolvidas na instituição pela defesa dos direitos dos discentes público-alvo da educação especial, nem mesmo de esgotar as possibilidades de outras frentes de trabalho para a educação pelos princípios inclusivos.

Assim, o propósito é apontar algumas medidas que poderão ser adotadas para o desenvolvimento de uma política de inclusão e atendimento aos discentes público-alvo da educação especial, considerando a realidade e as condições da instituição.

Observa-se que algumas das ações elencadas já estão sendo realizadas pela instituição, no entanto, de modo fragmentado, sem constituir parte de uma política ou proposta de trabalho maior, institucional.

Contudo, cumpre esclarecer, conforme já mencionado na apresentação deste Guia, que as propostas aqui apresentadas foram construídas a partir de um projeto de pesquisa, que teve como *locus* de pesquisa o IF Sudeste MG e teve como colaboradores os servidores da instituição mais diretamente envolvidos com o tema de trabalho.

PASSO 1 – Organização do trabalho inclusivo e da educação especial na instituição e nos *campi*

Para a organização de um trabalho, inicialmente, é preciso conhecer e analisar a realidade da instituição, para, a partir daí ser possível traçar um planejamento de ações necessárias, de modo a possibilitar ações mais eficazes.

Assim, através da pesquisa de campo e análise de documentos institucionais foi possível identificar a necessidade de se planejar um modelo estrutural e organizacional para o desenvolvimento de ações inclusivas na instituição, visto que esta condição seria imprescindível para possibilitar outros planejamentos.

➤ **Implementação e/ou ressignificação de setores específicos de referência para articulação do trabalho inclusivo**

É essencial o estabelecimento de um setor, ou uma coordenação específica para o desenvolvimento de ações inclusivas, reconhecida institucionalmente, de tal modo que tenha condições de impulsionar e coordenar as ações necessárias para o atendimento às necessidades específicas dos discentes. O objetivo é que possa desenvolver um trabalho de articulação entre os mais diversos setores que compõem a instituição em prol da oferta de uma educação que prime pelo viés inclusivo.

Nessa perspectiva, é importante também a existência de um setor ou coordenação reconhecida e estabelecida na Reitoria (Administração Geral), de modo a orientar o trabalho a ser desenvolvido nos respectivos setores responsáveis nos *campi* e promover discussões e construções conjuntas, considerando as diferentes realidades vivenciadas.

Assim, é imprescindível o estabelecimento de um setor ou uma coordenação que sirva como referência de apoio e suporte da educação especial para todas as demais modalidades e níveis de ensino em cada *campus* da instituição, assim como na Reitoria, de modo a trabalharem de forma articulada, conforme representa a Figura 1.

[Figura 1; descrição a seguir] A Figura 1 apresenta um fluxograma que demonstra 4 caixas interligadas por setas que simbolizam o suporte prestado: Caixa 1: Reitoria, seta direcionada para Caixa 2: *Campus* e para a Caixa 3: Setor/Coordenação de apoio da educação especial-Reitoria e setas das Caixas 2 e 3 direcionadas para a Caixa 4: Setor/Coordenação de apoio da educação especial-*Campus*.

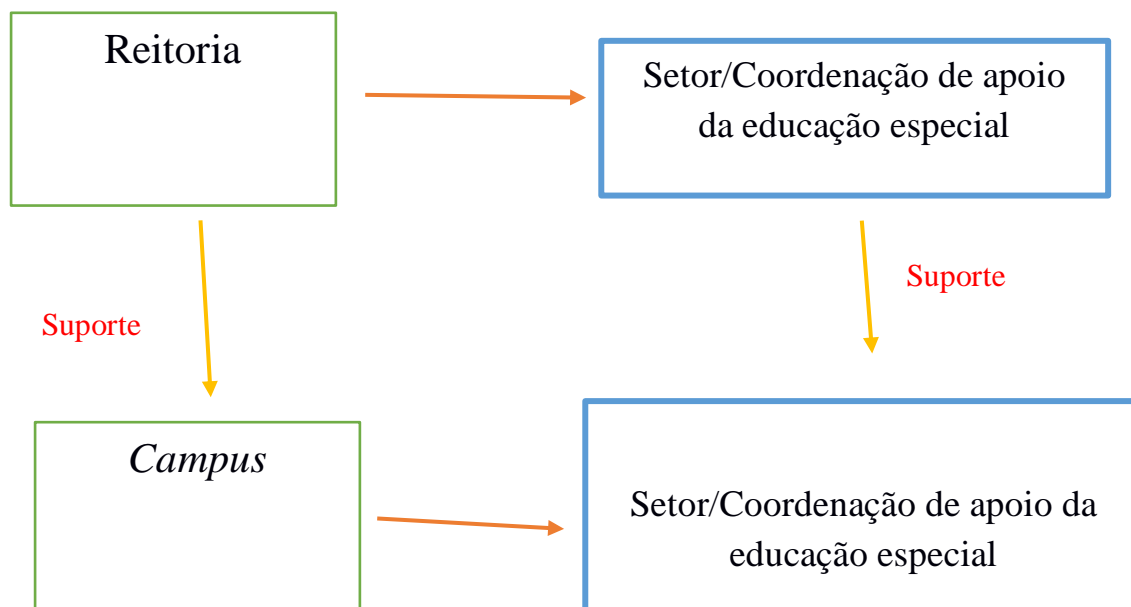


Figura 1 - Representação da organização estrutural dos setores de apoio para o desenvolvimento de ações inclusivas no IF Sudeste MG.
(Fonte: Elaborada pela autora)

➤ Estrutura mínima para funcionamento dos setores de apoio da educação especial.

a) Setor de Apoio da Educação Especial (SAEE) - Reitoria

- Estrutura: espaço físico adequado, com mobiliário e recursos de trabalho adequados (ex.: computadores, impressoras, telefones, internet, acervo bibliográfico especializado etc.), com disponibilização de recursos mais sofisticados de tecnologia assistiva (ex.: impressora braille, termoform, etc.) para suporte aos *campi* no atendimento aos discentes público-alvo da educação especial.

- Equipe exclusiva: um servidor coordenador/responsável (preferencialmente exclusivo para o trabalho no setor, com formação para atuação), profissionais de apoio da educação especial (ex.: intérprete de libras, revisor Braille, professor especializado, etc.) e profissionais de apoio administrativo (ex.: assistente ou auxiliar em administração).
- Equipe de apoio/colaboradores: pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, técnicos em assuntos educacionais, gestores e demais servidores lotados na reitoria, e todos os integrantes dos Setores de Apoio da Educação Especial dos *campi*.

b) Setor de Apoio da Educação Especial (SAEE) - *Campus*

- Estrutura: sala reservada, adequada para realização de atendimentos aos discentes e familiares e para realização de reuniões com equipe de apoio/colaboradores e professores, com disponibilização de recursos mínimos (computadores, telefones, internet, tablets, notebooks, impressora, data show, gravadores de voz, filmadora, mesas, armários e cadeiras, acervo bibliográfico especializado, etc.) para atendimento aos discentes, e outros recursos a serem requisitados à administração quando da demanda apresentada ao setor.
- Equipe exclusiva: um servidor coordenador/responsável (preferencialmente exclusivo para o trabalho no setor, com formação para atuação), profissionais de apoio da educação especial (intérprete de libras, revisor braille, professor especializado etc.) e profissionais de apoio administrativo (assistente/auxiliar em administração ou assistente de alunos).
- Equipe de apoio/colaboradores: pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, psicólogos, assistentes sociais, professores, coordenadores de curso, coordenadores de setores, gestores do *campus*, representante discente, familiares de discentes atendidos.

➤ Atribuições dos Setores de Apoio da Educação Especial (SAEE)

Os SAEE's (reitoria e *campus*) devem ser setores que, com o apoio de outros (equipes de apoio/colaboradores), irão atuar de forma complementar e suplementar ao ensino, pesquisa e extensão; que buscarão meios e recursos para dar suporte aos discentes público-alvo da educação especial, no processo de ensino-aprendizagem.

Serão setores de assessoria, que trabalharão sempre em articulação com outros setores e profissionais dos *campi*, principalmente o(s) setor(es) de apoio pedagógico a discentes e docentes, de modo a garantir condições de acessibilidade aos discentes público-alvo da educação especial.

a) Setor de Apoio da Educação Especial (SAEE) - Reitoria

- ✓ Fomentar ações e projetos de cunho inclusivo em toda a instituição;
- ✓ Assessorar a elaboração de projetos na área da educação inclusiva;
- ✓ Buscar recursos de fomento para elaboração e desenvolvimento de projetos na área;
- ✓ Apoiar e dar suporte aos *campi* no atendimento aos discentes público-alvo da educação especial;
- ✓ Assessorar os SAEEs dos *campi*, no sentido de auxiliar na busca de caminhos, alternativas e recursos para suporte aos discentes atendidos;
- ✓ Manter fórum permanente de discussão e construção sobre o tema entre os *campi*;
- ✓ Orientar o trabalho dos profissionais de apoio da educação especial (intérpretes de libras, revisores braille, professores de apoio e especializados, etc.) de toda instituição;
- ✓ Manter constante reflexão e avaliação sobre o trabalho das equipes dos SAEE's dos *campi* e da reitoria;
- ✓ Manter os servidores dos SAEE's atualizados sobre o tema, se qualificando continuamente para o trabalho inclusivo;
- ✓ Buscar, constantemente, atualizações e inovações na área de atuação para compartilhamento com os *campi*;

- ✓ Promover e/ou organizar capacitações sobre o tema para os servidores da instituição;
- ✓ Incentivar e apoiar a realização de capacitação sobre o tema nos *campi*;
- ✓ Propor e promover eventos na área de diversidade e inclusão para possibilitar realização de debates e reflexões sobre as práticas;
- ✓ Participar de eventos políticos e/ou científicos sobre o tema, representando a instituição e seus interesses;
- ✓ Criar e manter atualizado um canal/espço virtual para disponibilização de informações referentes ao tema e ao SAEE;
- ✓ Manter cadastro de informações mínimas dos discentes atendidos pelos SAEE's dos *campi*, para direcionamento de ações e para prestação de contas a órgãos oficiais e/ou comunidade interna/externa, quando necessário;
- ✓ Representar os interesses e defender os direitos dos discentes público-alvo da educação especial em todos os âmbitos escolares que se fizerem necessários;
- ✓ Zelar pela integração com outros setores da instituição;
- ✓ Apoiar a Assessoria de Acessibilidade do setor responsável pelos Programas de Ingresso, em assuntos relacionados às ações afirmativas e inclusivas;
- ✓ Apoiar e incentivar a realização de trabalhos sobre o tema “diversidade e inclusão”, com os discentes em geral, na perspectiva atitudinal, de esclarecimentos e eliminação de estigmas e preconceitos a serem realizados pelo setor de assistência estudantil ou outros setores da reitoria;
- ✓ Apoiar e incentivar a realização de trabalhos sobre o tema “diversidade e inclusão”, com os servidores em geral, na perspectiva atitudinal, de esclarecimentos e eliminação de estigmas e preconceitos a serem realizadas pelo setor de gestão de pessoas ou outros setores da reitoria;
- ✓ Apoiar e incentivar os projetos do setor de obras e engenharia da reitoria, de modo a contemplarem a acessibilidade em todos os espaços físicos e arquitetônicos da instituição;
- ✓ Apoiar e incentivar os projetos do setor de comunicação e eventos, e do setor de tecnologia da informação da reitoria, de modo a contemplarem a acessibilidade em todas as ações;
- ✓ Realizar outras atividades afins e correlatas.

b) Setor de Apoio da Educação Especial (SAEE) – *Campus*

- ✓ Zelar pela qualidade do atendimento e suporte oferecido aos discentes público-alvo da educação especial;
- ✓ Promover o acolhimento do discente público-alvo da educação especial, para apresentação do setor e reconhecimento de suas demandas, se possível antes do início do semestre letivo;
- ✓ Realizar e manter atualizado o cadastro dos discentes público-alvo da educação especial, a partir da identificação pelo registro realizado na matrícula;
- ✓ Manter os servidores do setor atualizados sobre o tema, se qualificando, continuamente, para o trabalho inclusivo;
- ✓ Promover e/ou propor capacitação sobre o tema para os demais servidores do *campus*;
- ✓ Realizar estudo de caso dos discentes público-alvo da educação especial, a partir da investigação com o próprio aluno, com a família, com as escolas anteriores, entre outros;
- ✓ Registrar e arquivar documentos que dizem respeito ao discente para compor estudo de caso e portfólio do discente que ficará no setor;
- ✓ Discutir a realidade de cada discente público-alvo da educação especial, a partir do estudo de caso, com o setor de apoio pedagógico a discentes;
- ✓ Realizar, juntamente com o(s) setor(es) de apoio pedagógico a discentes e a docentes, reunião com a coordenação de curso, os docentes e o próprio discente e/ou familiar (caso manifeste interesse) para apresentação e discussão de cada situação, a partir do estudo de caso realizado;
- ✓ Construir, conjuntamente com o(s) setor(es) de apoio pedagógico a discentes e a docentes, coordenação de curso, professores e discente e/ou familiar (caso manifeste interesse) o Plano Educacional Individualizado - PEI, conforme orientação específica (Passo 4 e apêndices), para atendimento e acompanhamento dos discentes público-alvo da educação especial;
- ✓ Ofertar apoio aos discentes atendidos pelo setor, através da disponibilização de estagiários, monitores, tutores, professor de apoio e/ou profissionais de apoio da educação especial;

- ✓ Representar os interesses e defender os direitos dos discentes público-alvo da educação especial em todos os âmbitos escolares que se fizerem necessários;
- ✓ Realizar parceria com os setores de psicologia e assistência estudantil do *campus* para auxiliar no acompanhamento do discente, quando necessário;
- ✓ Apoiar e incentivar os trabalhos sobre temas inclusivos realizados no *campus*, sob qualquer estratégia, seja através de projetos de pesquisa, de ensino ou de extensão;
- ✓ Apoiar e incentivar a realização de trabalhos sobre o tema “diversidade e inclusão”, com os discentes em geral, na perspectiva atitudinal, de esclarecimentos e eliminação de preconceito, a serem realizadas pelo setor de assistência estudantil ou outros setores do *campus*;
- ✓ Apoiar e incentivar a realização de trabalhos sobre o tema diversidade e inclusão, com os servidores em geral, na perspectiva atitudinal, de esclarecimentos e eliminação de preconceito, a serem realizadas pelo setor de gestão de pessoas ou outros setores do *campus*;
- ✓ Apoiar e incentivar os projetos do setor de obras e engenharia do *campus*, de modo a contemplarem a acessibilidade em todos os espaços físicos e arquitetônicos do *campus*;
- ✓ Apoiar e incentivar os projetos do setor de comunicação e eventos, e do setor de tecnologia da informação do *campus*, de modo a contemplarem a acessibilidade em todas as ações;
- ✓ Criar e manter atualizado um canal/espço virtual para disponibilização de informações referentes ao tema e ao SAEE;
- ✓ Zelar pelo sigilo sobre as informações pessoais dos discentes atendidos;
- ✓ Zelar pela integração com outros setores do *campus*;
- ✓ Cumprir as normas estabelecidas pelo *campus*;
- ✓ Realizar outras atividades afins e correlatas.

➤ Condicionantes para o funcionamento dos Setores de Apoio da Educação Especial (SAEE).

- ✓ Deve haver, sempre que necessário, apoio e intervenção da chefia imediata e/ou dos gestores do *campus* para atendimento às necessidades dos discentes público-alvo da educação especial que não possam ser atendidas nas condições que se restrinjam ao setor.
- ✓ É necessário que haja reserva financeira do *campus* para garantia de investimento em recursos necessários ao trabalho do setor, tanto recursos físicos, como recursos humanos para apoio às demandas dos discentes público-alvo da educação especial (monitores, tutores, estagiários, professores e profissionais de apoio, etc.).
- ✓ É imprescindível que haja empenho da instituição para contornar questões burocráticas que possam impedir o atendimento ao discente público-alvo da educação especial, como por exemplo, a contratação de professores e profissionais de apoio, que serão demandados de acordo com as necessidades apresentadas por cada discente, exigindo diferentes profissionais de modo temporário.

PASSO 2 – Garantia de condições de acesso

Para que as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade ou superdotação, possam ter acesso ao ensino comum, conforme preceitos da política de educação inclusiva, uma primeira ação de qualquer instituição de ensino que se quer inclusiva, é organizar as políticas de acesso de modo a considerar as especificidades deste público.

Assim, torna-se necessário o estabelecimento de ações que visem garantir condições equânimes a todos os candidatos para participarem dos

processos seletivos para ingresso na instituição, buscando sempre a melhor condição para que o candidato realize o exame, sem, no entanto, oferecer qualquer vantagem em relação aos demais.

Nessa perspectiva, cabe às instituições de educação profissional e tecnológica, assim como a qualquer outra que realize processos de seleção para ingresso nos cursos que ofertam, zelar pelo cumprimento dos critérios de acessibilidade, conforme descritos no art. 30 da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015).

Logo, as instituições que realizam exames de seleção devem disponibilizar apoios e recursos de acessibilidade que o candidato necessite para participação no exame de seleção, assim como deve prever a possibilidade de dilatação do tempo para realização das provas do processo seletivo, conforme solicitação e comprovação de necessidade do candidato com deficiência.

As informações sobre o processo de seleção, que constam nos editais, devem ser apresentadas em formatos acessíveis, inclusive com tradução completa para Libras.

As provas devem ser disponibilizadas em formatos acessíveis e, para correção de provas discursivas ou de redação, deve ser considerada a singularidade linguística da pessoa com deficiência.

Desse modo, é importante buscar sempre novos recursos e estratégias, e implementar formas de avaliar o atendimento para melhoria constante do processo.

Além disso, é de suma importância a discussão e implementação da reserva de vagas para esse público, historicamente excluído do processo de escolarização regular, para que tenham melhores condições de viver em sociedade e de serem inseridos no mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, destaca-se a necessidade de implementação da Lei de Cotas, Lei nº. 12.711 de 29 de agosto de 2012, considerando sua alteração em dezembro de 2016, que inclui as pessoas com deficiência como público-alvo para reserva de vagas nas instituições federais de ensino.

PASSO 3 – Garantia de Acessibilidade

Para que uma escola possa atender a todos os seus estudantes, contemplando suas diversificadas necessidades é preciso que ela seja acessível a todos, ou seja, que disponha de condições e recursos que favoreçam a utilização e participação de todos, com independência.

O sistema escolar precisa se organizar para contemplar a acessibilidade em seus diversos âmbitos como na arquitetura, nas comunicações, no meio digital e na web, na questão atitudinal, e nas propostas e recursos pedagógicos.

Assim, para o alcance das condições de acessibilidade, devem ser eliminadas as barreiras que dificultem ou impeçam a participação e convívio social da pessoa, sua liberdade de comunicação e de expressão, o acesso à informação, a locomoção, entre outras, conforme previsto nas Leis nº.10.048 e 10.098 de 2000, no Decreto nº. 5.296 de 2004, no Decreto nº. 6.949 de 2009, que ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência no Brasil, e na mais recentemente, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (BRASIL, 2015).

Essas condições de acessibilidade devem estar previstas nos planejamentos e documentos institucionais como no Plano de Desenvolvimento Institucional, no Projeto Político-pedagógico Institucional e nos Projetos de Cursos, de modo a serem consideradas em todas as atividades desenvolvidas na e pela escola.

➤ **Acessibilidade arquitetônica**

Está relacionada à condição de facilitar a locomoção, o "ir e vir", das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Trata-se de eliminar as barreiras físicas nos edifícios, nos espaços urbanos e nos meios de transporte, possibilitando, por parte de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, condições de acesso e utilização com autonomia e segurança.

Assim, para que todos os estudantes compartilhem dos mesmos espaços e condições no âmbito escolar é necessário que todos os ambientes e setores da escola, incluindo salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios,

instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer, sanitários, entre outros, estejam de acordo com os critérios de acessibilidade, conforme preconizam o Decreto nº. 5.296 de 2004, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) e a NBR 9.050 de 2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da acessibilidade de pessoas com deficiências a edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos.

Ressalta-se que, conforme Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, do Ministério da Educação, todos esses critérios de acessibilidade são considerados requisitos para fins de autorização e reconhecimento de cursos, de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação do reconhecimento e credenciamento.

Nesse sentido, torna-se urgente a necessidade de se adequar todos os espaços e estruturas arquitetônicas dos *campi* que compõem o IF Sudeste MG que não estejam de acordo com os requisitos de acessibilidade. Para tanto, é necessário o reconhecimento e empenho dos gestores para elencarem a adequação arquitetônica como ação prioritária.

Todavia, também é preciso que os setores de desenvolvimento institucional, responsáveis pelos projetos de expansão institucional, obras e reformas estruturais que acontecem na instituição, zelem pela exigência e cumprimento dos critérios de acessibilidade em todos os projetos de ampliação ou reforma e na realização das obras.

➤ **Acessibilidade comunicacional**

Está relacionada a propiciar formas alternativas de comunicação às pessoas com algum impedimento ou especificidade na comunicação. Trata-se de eliminar barreiras existentes na comunicação verbal, escrita, interpessoal ou outra, que dificulte ou torne impossível a troca de mensagens e informações.

Nesse sentido, para que todos os discentes tenham condições de se comunicar e se expressar, é preciso que a instituição de ensino lhes garanta os meios e recursos necessários, como sistemas de comunicação e tecnologia da informação, para possibilitar o estabelecimento de comunicação efetiva.

Assim, a gestão deve se preocupar em conhecer as necessidades e especificidades de seus discentes e servidores, assim como deve estar em constante busca de novos recursos e ferramentas que possam auxiliar a interação e o processo comunicacional de toda a comunidade acadêmica.

Portanto, deve-se sempre estimular e difundir o uso da Libras, utilizando os mais diversos recursos, que vão desde a presença do professor de Libras e do profissional tradutor e interprete de Libras, assim como o uso didático de jogos e aplicativos que estimulem o aprendizado da língua brasileira de sinais.

Também é preciso conhecer e apresentar à comunidade acadêmica os recursos de comunicação alternativa, para utilização quando necessário, além dos recursos de descrição e audiodescrição, que devem ser consideradas nas formas de comunicação escrita e visual.

Nessa perspectiva, e considerando as diversas recomendações de acessibilidade descritas nas legislações em vigor, destaca-se a necessidade de que as informações e regras acadêmicas e institucionais sejam apresentadas em formatos acessíveis, assim como precisam ser criados mecanismos de sinalização ambiental para orientação, e que deve ser disponibilizado atendimento à pessoa com deficiência, por profissional capacitado que possa intermediar uma comunicação, ou mesmo repassar informações.

➤ **Acessibilidade digital e na web**

Possibilita autonomia na interação do usuário, com algum tipo de deficiência, no acesso e utilização de recursos digitais e da internet, através de recursos de acessibilidade e/ou de tecnologia assistiva.

No entanto, não basta a pessoa com deficiência dispor do recurso de acessibilidade, se a página da web ou o recurso digital não tiver sido programado conforme critérios de acessibilidade.

Nesse sentido, existe uma recomendação do Governo Federal para sites eletrônicos do governo que devem seguir determinados critérios de acessibilidade, conforme descritos em documento específico: o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMAG (BRASIL, 2014)

Assim, é preciso que a gestão escolar coloque como prioridade a adequação dos sites institucionais, seguindo as recomendações do eMAG (BRASIL, 2014), além de criar estratégias de formação das equipes de comunicação e tecnologia da informação para a formatação de notícias e informações mais acessíveis e para o desenvolvimento de programas considerando as questões de acessibilidade.

Desse modo, torna-se necessário, ainda, reavaliar e repensar toda a estrutura educacional disponibilizada aos estudantes via recursos digitais e da web, como as plataformas de educação a distância e os sistemas de gestão, de modo que também contemplem os critérios de acessibilidade.

➤ **Acessibilidade atitudinal**

Refere-se ao comportamento das pessoas e da sociedade em geral, em relação à percepção sobre as pessoas com deficiência e suas necessidades, e o relacionamento com as mesmas. Trata-se da eliminação de atitudes preconceituosas e discriminadoras, de comportamentos éticos, e tratamentos igualitários e democráticos, que não fazem distinção em razão de uma deficiência ou transtorno específico.

Nesse sentido, talvez a acessibilidade atitudinal seja a mais difícil de ser trabalhada, visto que envolve crenças e valores pessoais.

No entanto, sabe-se que o trabalho de sensibilização, de esclarecimento e conscientização sobre as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação é o caminho mais eficaz para o desenvolvimento desse tipo de acessibilidade.

Na medida em que a cultura escolar vai se alterando, que os discentes público-alvo da educação especial vão chegando, que a política de inclusão for ganhando corpo, que os profissionais de apoio da educação especial (intérpretes de libras, revisores de braille, professores especialistas, entre outros) forem se inserindo na instituição, as concepções pessoais dos profissionais e da população envolvida no contexto escolar também vão se alterando e se adaptando à nova realidade.

Conforme indica a legislação em vigor (BRASIL, 2000, 2000a e 2004), a gestão institucional precisa priorizar as estratégias de fomento de ações de sensibilização e esclarecimento para toda a comunidade, sobre o tema da educação inclusiva.

Sendo assim, o IF Sudeste MG deve promover, por meio das equipes de assistência estudantil e com auxílio dos setores de apoio da educação especial, ações de conscientização dos estudantes para com o tema, rompendo com os preconceitos e estigmas relacionados ao público-alvo da educação especial e contribuindo para inclusão social destes e para a formação cidadã dos estudantes em geral, em conformidade com o que preconiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2010).

Do mesmo modo, a instituição deve incentivar e promover a capacitação de seus servidores sobre a temática da inclusão, por meio das equipes de gestão de pessoas e com o auxílio dos setores de apoio da educação especial.

Também, deve incentivar, por meio dos setores de pesquisa e extensão da instituição, o desenvolvimento de projetos que visem o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias de apoio para as pessoas com deficiências ou outros transtornos, e o compartilhamento dos trabalhos desenvolvidos na área da educação especial e inclusiva com a comunidade externa.

➤ **Acessibilidade pedagógica**

Refere-se à condição de trabalhar um conteúdo acadêmico de tal modo que todos os discentes tenham condição de acompanhar, participar e aprender, oferecendo, aos discentes que necessitarem, recursos de tecnologia assistiva, ou outros pertinentes, para possibilitar a participação de todos.

Assim, para que o processo de ensino e aprendizagem seja acessível, é necessário o reconhecimento por parte dos docentes e equipe pedagógica de que os estudantes são seres únicos e, portanto, diversos, de modo que se torna necessária a utilização de estratégias pedagógicas diversificadas para se atingir qualidade e melhor êxito de todos.

Nessa perspectiva, o atendimento às necessidades educacionais dos discentes público-alvo da educação especial pode ser contemplado,

principalmente, se somadas a um acompanhamento mais individualizado, conforme será descrito no Passo 4.

PASSO 4 – Garantia de inclusão no processo de ensino e aprendizagem e do atendimento educacional especializado (AEE)

Todo discente na condição de público-alvo da educação especial, ou seja, aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, tem direito a um atendimento educacional especializado, conforme previsto em diversas legislações brasileiras, entre elas: a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei Brasileira de Inclusão (2015).

Nesse sentido, o Plano Educacional Individualizado - PEI constitui-se como um direito do discente público-alvo da educação especial, que precisa ter suas necessidades e especificidades reconhecidas e consideradas no âmbito escolar, para o exercício de uma educação que ofereça os suportes adequados para o seu desenvolvimento acadêmico.

Assim, o PEI é uma forma de planejar, acompanhar e avaliar o atendimento aos discentes público-alvo da educação especial.

Trata-se de um instrumento que permite organizar e dar direcionamento às ações necessárias para atendimento às especificidades dos estudantes, visto que, em geral, estas ações envolvem vários profissionais, setores e recursos do ambiente escolar.

Considerando o exposto, a Figura 2 apresenta um esquema de organização do PEI.

[Figura 2; descrição a seguir] A Figura 2 representa um fluxograma mostrando 5 caixas interligadas, sendo as três primeiras sequenciais e as duas últimas ramificações da terceira: Caixa 1: Estudo de Caso> Caixa 2: PEI> Caixa 3: Revisão periódica com base nos registros; e esta se divide em duas caixas: Caixa 4: Registro das atividades dos docentes e Caixa 5: Registro de atividades do SAAE.

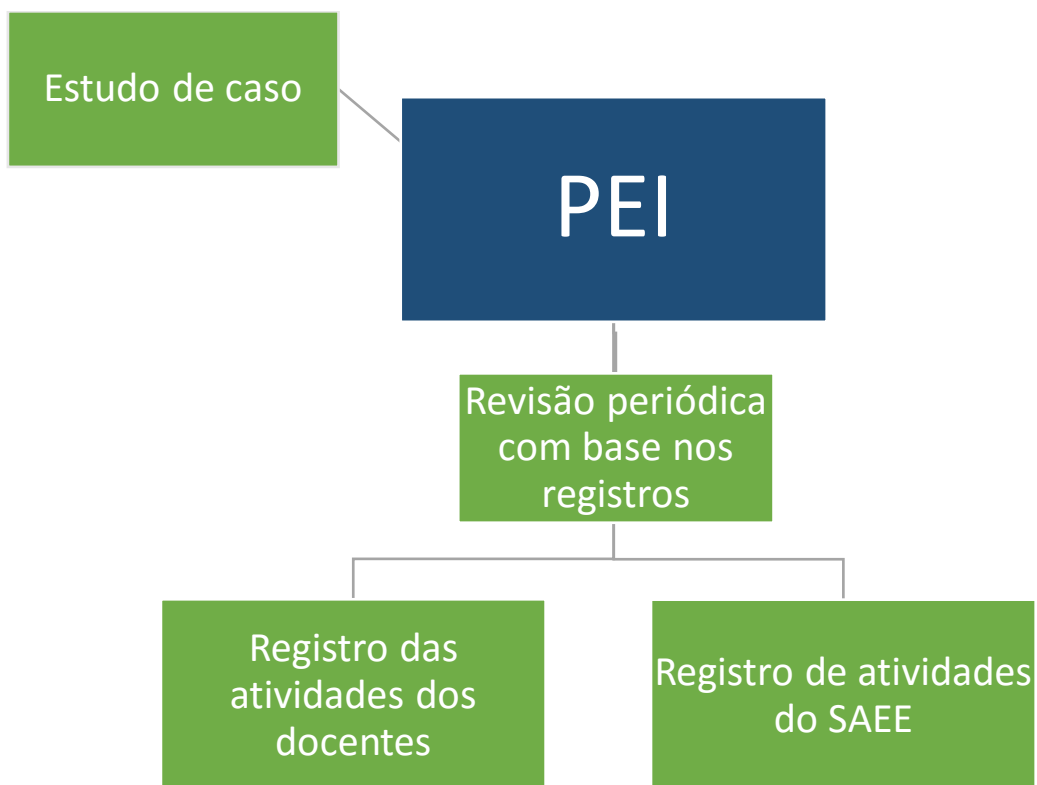


Figura 2 - Esquema de organização do PEI
(Fonte: Elaborada pela autora)

➤ Sequência de elaboração e organização do PEI:

- ✓ A Comissão de Processos Seletivos de Ingresso deverá encaminhar, para Setor de Apoio da Educação Especial - SAEE do *campus*, a informação sobre os candidatos ao processo seletivo que solicitaram atendimento especial para realização das provas;
- ✓ O Setor de Registros Acadêmicos do *campus* deverá proceder ao encaminhamento das informações do discente identificado como público-alvo da educação especial, no ato da matrícula, para o SAEE do *campus*;
- ✓ De posse da confirmação de matrícula do discente público-alvo da educação especial, o SAEE do *campus* deverá fazer contato com o estudante e agendar, preferencialmente antes do início do período letivo, um encontro para apresentar o setor e apresentar a proposta de desenvolvimento do PEI;
- ✓ Após compreensão e aceite pelo discente, o SAEE, com o apoio do setor de apoio pedagógico a discentes, procederá ao estudo de caso que servirá de base inicial para construção do PEI;
- ✓ O estudo de caso do discente, conforme sugestão de direcionamento (Apêndice A), deverá ser realizado levando em consideração os diversos contextos e realidades dos discentes, buscando informações com o próprio estudante, familiares, escolas anteriores, etc., de modo a possibilitar a compreensão inicial do caso e subsidiar a elaboração do PEI, em sua primeira versão;
- ✓ O PEI deverá ser construído pelo SAEE, juntamente com o(s) setor(es) de apoio pedagógico a discentes e a docentes, a coordenação de curso, os professores e o discente e/ou familiar (caso manifeste interesse);
- ✓ O PEI deverá seguir o modelo próprio (Apêndice B), prevendo além das adaptações necessárias por parte dos professores, com apoio do setor de apoio pedagógico a docentes, as estratégias de apoio e suporte a serem realizadas e/ou coordenadas pelo SAEE do *campus*;
- ✓ As ações a serem executadas com base no PEI deverão ser devidamente registradas em formulários próprios, tanto pelos docentes (Apêndice C) quanto pelo SAEE (Apêndice D);
- ✓ Além desse registro, os docentes deverão mencionar, de forma resumida, as adaptações realizadas para o discente no diário de classe;

- ✓ Os formulários de registro de atividades docentes e do SAEE (Apêndices C e D) servirão de base para as reavaliações periódicas do PEI e deverão ser arquivados na pasta do discente, no SAEE, ao final de cada semestre;
- ✓ O PEI deverá ser revisado a cada dois meses/bimestre, pela mesma equipe multidisciplinar que o construiu, alterando-se apenas os professores conforme forem alterando-se as disciplinas, para avaliação e revisão das estratégias de atendimento;
- ✓ Servirão de base para o acompanhamento e revisão do PEI as atividades realizadas pelos docentes e SAEE, registradas em formulários de acompanhamento (Apêndices C e D), e demais informações que possam ter sido levantadas;
- ✓ A cada revisão do PEI deverá resultar uma nova versão do documento;
- ✓ As ações de construção e revisão do PEI deverão ser propostas pelo SAEE do *campus*, mas somente poderão ser realizadas com a participação dos professores, do coordenador de curso e do(s) setor(es) de apoio pedagógico a discentes e a docentes;
- ✓ Todas as atualizações relativas ao PEI (versões do PEI) do discente público-alvo da educação especial deverão ser arquivadas e compor o portfólio do discente, no SAEE do *campus*;
- ✓ Quando for confeccionado o histórico escolar do discente público-alvo da educação especial, deverão ser consideradas as informações relativas ao PEI e as adaptações realizadas pelos docentes, ou seja, deverá haver observação indicando as adaptações realizadas, mas apenas em caso de adaptações significativas, que envolvam alterações e/ou supressão de objetivos e conteúdos.

PASSO 5 – Capacitação e formação continuada em educação inclusiva, para docentes e técnicos administrativos

Para garantia de permanência com qualidade e conclusão dos estudos por parte dos discentes público-alvo da educação especial, torna-se necessário

investir em capacitação dos servidores que compõem o espaço escolar e contribuem para a formação discente.

O próprio contato com o discente e suas especificidades identificadas no contexto escolar, já possibilitam o aprendizado aos servidores envolvidos no processo educacional.

No entanto, uma instituição que preze pela acessibilidade e inclusão precisa estar atenta à necessidade de estar em constante capacitação e atenta às discussões e inovações relacionadas ao público-alvo da educação especial, de modo a proporcionar melhores condições de atendimento.

Nessa perspectiva, torna-se premente a implementação de uma política de capacitação de servidores e formação continuada de docentes, por parte dos setores de gestão de pessoas, juntamente com demais setores envolvidos, de modo a prever o investimento na temática da educação inclusiva, e, conseqüentemente, promover a melhoria do trabalho educacional inclusivo.

PASSO 6 – Acompanhamento e avaliação

Para a efetividade e qualidade de uma política, torna-se imprescindível estabelecer critérios e condições de acompanhamento e de avaliação de seus desdobramentos.

Nesse sentido, a instituição deve se organizar para garantir a análise e reflexão sobre a implementação e aplicação da política de inclusão, criando recursos para tal, como a designação de comissões específicas, compostas por servidores representantes de cada setor envolvido em todo processo, que tenham condições de acompanhar e avaliar o desenvolvimento da política.

Considerando a estruturação da instituição em vários *campi* – instituição *multicampi*, deve-se considerar necessidade de acompanhamento *in loco* da evolução da política, de forma a captar as condições específicas de execução dentro da realidade de cada *campus*.

Desse modo, representantes de subcomissões nos *campi*, poderão compor uma comissão maior, institucional, que terá condições de analisar a

política no âmbito macro e produzir relatório com resultado das análises empreendidas e considerações da comissão, de modo a subsidiar o aperfeiçoamento constante da política institucional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 9050: 1994. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos*. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

BERGAMO, Regiane Banzatto. *Pesquisa e prática profissional: educação especial*. Curitiba: IBPEX, 2009. 104p.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. *Lei nº 10.048, de 8 de novembro 2000*. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000a.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003*. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, 2003.

BRASIL. *Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008.

BRASIL. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009.

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério Público do Estado de São Paulo. *Guia Prático: o direito de todos à educação*. Diálogo com os promotores de justiça do estado de São Paulo. São Paulo, 2012a.

BRASIL. *Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMAG*. 2014. Disponível em: <https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/eMAGv31.pdf> Acesso em: 02 fev. 2017.

BRASIL. *LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

BRASIL. *LEI Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016*. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, 2016.

CUNHA, Eugênio. *Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade*. 5 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015. 160p.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; ORRICO, Helio Ferreira. *Acessibilidade e Inclusão Social*. 2 ed. Rio de Janeiro: Deescubra, 2012. 160p.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. *In: Revista de Educação Especial*, Out/2005.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. *Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais*. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. 164 p.

GLAT, Rosana; VIANNA, Márcia Marin; e REDIG, Annie Gomes. *Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente*. *Revista Universidade Rural. Série Ciências Humanas*, 2012, v. 34, p. 79-100.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao século XXI*. 2 ed, Campinas/SP: Autores Associados, 2006. 243p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* 2ed. São Paulo: Moderna, 2006. 63p.

MARIN, Márcia; MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho; e SIQUEIRA, Carla Fernanda. Plano Educacional Individualizado (PEI): um estudo sobre sua utilização numa escola especial. *In: GLAT, Rosana e*

PLETSCH, Márcia Denise (Org.). *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidade especiais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 91-105.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 231 p.

MEC. Expansão da Rede Federal. 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 10 jan. 2017.

MEC. Site do Ministério da Educação. 2017. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ONU. Declaração Universal do Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

PACHECO, José. *Inclusão não rima com solidão*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012. 104p.

PLETSCH, Márcia Denise. *Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual*. 2 ed. Rev. e ampl. Rio de Janeiro: NAU, 2014. 296p.

STAINBACK, Susan e STAINBACK, William *Inclusão: um guia para educadores*. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999. 451p.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO, Jomtien/Tailândia, 1990.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

7. APÊNDICES

APÊNDICE A – ORIENTAÇÕES ESTUDO DE CASO

Orientações para realização de estudo de caso¹

Abaixo apresentamos uma sugestão de roteiro para orientar a realização do estudo de caso; no entanto, trata-se apenas de uma estruturação para guiar o trabalho, não sendo, portanto, impedimento para o delineamento de outras questões, conforme necessidade verificada pelo profissional que realizará o estudo.

O estudo de caso servirá para embasar as primeiras discussões e proposições de ação que constituirão a base do Plano Educacional Individualizado – PEI, e, conseqüentemente, para construção dos recursos de acessibilidade que serão oferecidos ao estudante para que possa ter um efetivo desenvolvimento acadêmico.

Nesse sentido, o relato do caso deverá ser descrito em texto corrido, de maneira clara e objetiva, realçando os pontos mais importantes identificados no contexto da investigação, conforme roteiro sugerido.

É importante atentar para não adentrar em assuntos muito pessoais e/ou clínicos que não têm relevância para o caso, buscando focar nas questões relacionadas ao âmbito escolar e educacional.

Além disso, deve-se tomar o cuidado de não focar apenas nas dificuldades, impossibilidades e necessidades do discente, buscando sempre apontar as qualidades, facilidades, competências, habilidades e desejos do estudante, de modo a possibilitar à equipe multidisciplinar que irá elaborar o PEI um melhor delineamento do atendimento necessário.

a) Informações básicas sobre o discente

Idade, curso/modalidade, condição de público-alvo da educação especial, entre outros.

¹ Documento elaborado em oficina realizada em trabalho de campo da dissertação intitulada: “Ações Inclusivas no Âmbito do IF Sudeste MG: um processo em construção”, que contou com a participação da pesquisadora e colaboradores da pesquisa (servidores do IF Sudeste MG).

b) Informações a serem coletadas com o próprio discente

Realizar conversa com o discente, buscando colher as informações sobre o mesmo e suas condições enquanto público-alvo da educação especial, de modo a identificar:

- Qual(is) objetivo(s) do discente na escola e no curso?
- Por que a escolha do curso?
- Qual(is) expectativas em relação ao curso?
- Qual(is) desejo(s) do discente?
- O que o discente gosta de fazer?
- Qual experiência do discente na(s) escola(s) anterior(es)?
- Qual(is) dificuldade(s) e facilidade(s) do discente?
- Qual(is) tipo(s) de recurso(s) e/ou apoio(s) o discente necessita para realização do curso, qual(is) ele já teve e qual(is) gostaria de ter?
- O discente participa de algum outro atendimento educacional, e qual(is), com qual(is) profissionais é possível fazer contato?
- O discente faz algum tratamento ou acompanhamento médico ou terapêutico, qual(is), com qual(is) profissional(is), e tem alguma recomendação destes para a escola?
- O discente tem consciência de sua condição, enquanto público-alvo da educação especial?

c) Informações a serem coletadas com a família do discente (se necessário)

Caso o discente seja menor de idade, a conversa com os pais ou responsável deverá ser realizada; e caso o discente tenha mais de 18 anos, a conversa com os familiares deverá ocorrer apenas se o mesmo autorizar. A conversa com a família de ser feita, preferencialmente, após a conversa com o discente.

- Repetir as perguntas feitas ao discente, apenas mudando para perspectiva da família sobre o discente, para contrapor as concepções e/ou idealizações entre família e discente;
- A família é participativa na escola?

- A família é esclarecida com relação aos direitos do discente enquanto público-alvo da educação especial?

d) Informações a serem coletadas na escola(s) anterior(es)

Pode ser solicitado à(s) escola(s) anterior(es) um relatório escrito pontuando as questões solicitadas, para compor o portfólio do estudante.

- O discente registrou desenvolvimento e avanços na escola?
- Qual(is) dificuldade(s) e qual(is) facilidade(s) apontada(s) pelos professores?
- O discente teve algum apoio especializado ou recurso de tecnologia assistiva?
- A escola dispunha de todos os recursos e tecnologias assistivas necessárias para o apoio ao discente, e qual(is) seria(m) interessante(s) se tivessem?
- O discente se adaptou aos recursos disponibilizados?
- O discente realizava as mesmas atividades e conteúdos dos demais estudantes da turma?
- O discente frequentou o atendimento educacional individualizado – AEE –, por qual motivo e onde?
- O discente registrou avanços no AEE?
- O discente demonstrou interesse e empenho para se desenvolver nos conteúdos?
- O discente mantinha bom relacionamento interpessoal na escola?
- O discente participava de todas as ações e eventos da escola, compartilhava os espaços da escola como os demais estudantes?
- Quais expectativas dos professores e equipe pedagógica com relação ao desenvolvimento escolar do discente?

APÊNDICE B – MODELO PEI

Plano Educacional Individualizado²

Este documento deverá ser elaborado (primeira versão) no início do período letivo do discente público-alvo da educação especial, por equipe multiprofissional composta por, no mínimo: SAEE, setor de apoio pedagógico a discentes e a docentes, coordenação de curso, professores e discente e/ou familiar (caso manifeste interesse).

O PEI deverá ser revisado a cada 2 meses (cada bimestre), de modo a elaborar uma nova versão do mesmo. A revisão deverá ser realizada pela mesma equipe multiprofissional, com base no Registro de Atividades Docentes (modelo disponível) e no Registro de Atividades do SAEE (modelo disponível).

Aluno:

Curso:

Matrícula:

PRIMEIRA VERSÃO – DATA: __/__/____

[Tabela 1; descrição a seguir] A Tabela 1 é dividida em duas colunas, onde a primeira coluna é intitulada “Habilidades do estudante” e a segunda “Dificuldades do estudante”.

[Tabela 2 adaptada; descrição a seguir] A Tabela 2 é dividida em quatro colunas, onde a primeira é intitulada “Pontos positivos do contexto interno”, a segunda “Pontos positivos do contexto externo”, a terceira “Dificuldades identificadas no contexto interno” e a quarta “Dificuldades identificadas no contexto externo”.

[Tabela 3; descrição a seguir] A Tabela 3 é dividida em três colunas, onde a primeira é intitulada “Lista de problemas por demanda”, a segunda “Identificação da origem do problema” e a quarta “Lista de encaminhamentos (sinal de barra) soluções”.

SEGUNDA VERSÃO – DATA: __/__/____

[Tabela 4; descrição a seguir] A Tabela 4 é dividida em duas colunas, onde a primeira é intitulada “Habilidades do estudante” e a segunda “Dificuldades do estudante”.

[Tabela 5 adaptada; descrição a seguir] A Tabela 5 é dividida em quatro colunas, onde a primeira é intitulada “Pontos positivos do contexto interno”, a segunda “Pontos positivos do contexto externo”, a terceira “Dificuldades

² Documento adaptado de instrumento desenvolvido no *campus* Rio Pomba do IF Sudeste MG e de instrumento sugerido pela Assistiva Tecnologia no curso de formação “Educação Inclusiva com enfoque no Desenho Universal na aprendizagem e na Tecnologia Assistiva”, realizado no IF Sudeste MG em 2016. Elaborado em oficina realizada em trabalho de campo da dissertação intitulada: “Ações Inclusivas no Âmbito do IF Sudeste MG: um processo em construção”, que contou com a participação da pesquisadora e colaboradores da pesquisa (servidores do IF Sudeste MG).

identificadas no contexto interno” e “Dificuldades identificadas no contexto externo”.

[Tabela 6; descrição a seguir] A Tabela 6 é dividida em quatro colunas, onde a primeira é intitulada “Lista de problemas por demanda”, a segunda “Identificação da origem do problema”, a terceira “Lista de encaminhamentos (sinal de barra) soluções e a quarta “Responsável”.

APÊNDICE C – ACOMPANHAMENTO PEI – DOCENTES

REGISTRO DE ATIVIDADES DOCENTES – ACOMPANHAMENTO PEI³

Este registro deverá ser realizado a partir da construção do Plano Educacional Individualizado – PEI e servirá como referência para revisão do mesmo, que deverá ocorrer a cada dois meses. Este registro deverá ser entregue, ao final de cada semestre letivo, ao SAEE do *campus* para arquivamento.

Disciplina: _____ Professor: _____

Curso: _____ Ano/Semestre: _____ Discente: _____

[Tabela 7 adaptada; descrição a seguir] A Tabela 7 é dividida em seis colunas, onde a primeira é intitulada “Objetivos (acadêmicos, laborais e sociais), a segunda “Conteúdos [o que aprender (sinal de barra) ensinar?], a terceira Metodologias (sinal de barra) Recursos (como ensinar? o que usar para ensinar?) na qual apresenta na linha 1 exemplos, tais como: Suporte/atendimento extraclasse; Utilização de metodologias diferenciadas (quais?); Disponibilização de recursos de tecnologia assistiva ao discente (quais?); Adaptações de conteúdos e objetivos; Adaptação de materiais didáticos, a quarta “Tempo (prazo de realização do trabalho?), a quinta “Desempenho (como o discente respondeu a esse trabalho? Quais habilidades e dificuldades apresentadas) e a sexta “Sugestões para melhor aproveitamento do discente”.

- **Quais instrumentos de avaliação foram adotados durante o processo de ensino e aprendizagem (anexar cópia das atividades avaliativas realizadas):**

³ Documento adaptado de Glat, Vianna e Redig (2012). Elaborado em oficina realizada em trabalho de campo da dissertação intitulada: “Ações Inclusivas no Âmbito do IF Sudeste MG: um processo em construção”, que contou com a participação da pesquisadora e colaboradores da pesquisa (servidores do IF Sudeste MG).

[Colunas adaptadas; descrição a seguir] Opções de instrumentos de avaliação: a) Prova escrita; b) Prova oral; c) Trabalhos individuais (sinal de barra) em grupo (sinal de barra) seminários e d) Outros, qual? _____.

As opções mencionadas anteriormente devem conter o valor máximo das avaliações e os registros dos valores pontuados pelos estudantes.

Quanto à realização da atividade, pode-se observar que:

foi realizada sem auxílio de outrem.

foi realizada com auxílio do Intérprete em Libras.

foi realizada individualmente, em horário e local diferentes dos demais alunos.

foi realizada individualmente, em conjunto com a turma.

foi realizada em dupla ou em grupo.

o/a estudante solicitou ajuda do/a professor/a durante a realização da atividade.

o/a estudante necessitou de um tempo maior para a realização da atividade (além dos 25% de acréscimo estipulados).

outros: _____

Observações:

Assinatura do(a) Professor(a): _____

APÊNDICE D – ACOMPANHAMENTO PEI – SAE

REGISTRO DE ATIVIDADES SAE – ACOMPANHAMENTO PEI⁴

Este registro deverá ser realizado a partir da construção do Plano Educacional Individualizado – PEI e servirá como referência para revisão do mesmo, que deverá ocorrer a cada dois meses. Este registro deverá ser arquivado na pasta do discente no SAE no final de cada semestre letivo.

Discente: _____ Curso: _____

Ano/Semestre: _____ Servidor do SAE responsável pelo acompanhamento: _____

[Tabela 8; descrição a seguir]] A Tabela 8 é dividida em cinco colunas, onde a primeira é intitulada “Objetivos (acadêmicos, laborais e sociais), por exemplo, conseguir estudar as disciplinas teóricas em casa, a segunda “Recursos disponibilizados e/ou ações executadas” (quais recursos? quais ações?)” por exemplo, empréstimo de notebook com programa de leitura de telas; trabalho de orientação sobre utilização do programa de leitura de telas, a terceira “Tempo” (prazo de realização do trabalho?), por exemplo, 2 semanas, a quarta “Desempenho” (como o discente respondeu a esse trabalho? Quais habilidades e dificuldades apresentadas?), por exemplo, o discente demonstrou bastante habilidade na utilização do recurso. No entanto vai precisar treinar mais a leitura pela audição, pois estava acostumado com o braille; nem todos os professores disponibilizam material em meio digital acessível e a quinta “Sugestões para melhor aproveitamento do discente”, por exemplo, solicitar aos professores a disponibilização de material em meio digital e orienta-los quanto aos recursos de torná-los acessíveis.

⁴ Documento adaptado de Glat, Vianna e Redig (2012). Elaborado em oficina realizada em trabalho de campo da dissertação intitulada: “Ações Inclusivas no Âmbito do IF Sudeste MG: um processo em construção”, que contou com a participação da pesquisadora e colaboradores da pesquisa (servidores do IF Sudeste MG).

Outras observações:

Assinatura do Servidor responsável (SAEE): _____